

Decisão municipal prejudica população

06-Jan-2011

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA EM OLIVEIRA DE AZEMÓIS

A eventual privatização da água e do saneamento em Oliveira de Azeméis põe gravemente em causa os direitos das populações e dos trabalhadores, lesa os interesses do próprio município e representa a total desresponsabilização dos membros do actual executivo camarário de uma das funções principais para que foram eleitos.

Â

O STAL condena frontalmente a decisão do município de Oliveira de Azeméis de privatizar a gestão da água e saneamento, opção que, a concretizar-se, configurará uma alteração substancial na concepção do serviço público, na medida em que converte em mercadoria um serviço essencial cuja oferta, não por acaso, tem sido historicamente considerada uma responsabilidade municipal e o seu acesso, um direito social e universal;

Aliás, e como a maioria dos casos tem demonstrado, a verdade é que a privatização não só não tem resolvido os problemas de acesso à água e ao saneamento, como tem sido responsável pelo aumento brutal dos preços da água, do saneamento e de ramais de ligação, etc; (nas concessões os preços são superiores em 30%); pelo desigual tratamento entre consumidores e zonas de abastecimento e pela acentuada degradação das condições de trabalho.

O STAL considera que apesar dos fortes constrangimentos a que as autarquias e os seus serviços se encontram actualmente submetidos em resultado da política governamental, a solução não é proceder à substituição daqueles por empresas privadas, mas sim a valorização da gestão pública a qual contém todas as condições para prestar, com vantagem relativamente ao sector privado, melhores serviços às populações no quadro do respeito pelos princípios da solidariedade, da coesão social e territorial e da sustentabilidade ambiental.

A realidade é que nada obriga o município a privatizar a água. E não lhe será difícil contar com o apoio dos trabalhadores e das populações para modernizar os serviços municipais e defender a gestão pública da água se essa for verdadeiramente a sua vontade, dado que esse o seu dever.

Face a uma matéria absolutamente decisiva para a qualidade de vida das populações e dos trabalhadores, o STAL considera que qualquer decisão que vier a ser tomada deve ser exemplar em matéria de transparência, fundamentação, esclarecimento público, participação dos cidadãos e trabalhadores, bem como de posição informada e fundamentada dos membros dos órgãos autárquicos.

O STAL reafirma ainda a sua disponibilidade para fazer tudo o que estiver ao seu alcance em defesa da gestão pública de qualidade destes serviços públicos essenciais, porque essa é a melhor forma de

salvaguardar os interesses e direitos da autarquia, das populações e dos trabalhadores.